



Copel Comercialização S.A.

CNPJ nº 19.125.927/0001-86

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
Balanços Patrimoniais	15
Demonstrações de Resultados	17
Demonstrações de Resultados Abrangentes	18
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	19
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	20
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
1. Contexto Operacional.....	21
2. Base de Preparação.....	21
3. Principais Políticas Contábeis	23
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	28
5. Títulos e Valores Mobiliários	29
6. Clientes	29
7. Outros créditos.....	29
8. Tributos	30
9. Depósitos judiciais	31
10. Obrigações Sociais e Trabalhistas	32
11. Fornecedores.....	32
12. Benefícios Pós-emprego.....	32
13. Outras contas a pagar.....	37
14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	37
15. Patrimônio Líquido	38
16. Receita Operacional.....	40
17. Custos e despesas operacionais.....	40
18. Resultado Financeiro	41
19. Instrumentos Financeiros	41
20. Transações com Partes Relacionadas	45
21. Compromissos	46
22. Seguros	46
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	47
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	50
PARECER DO CONSELHO FISCAL	59

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

O ano de 2022 foi marcado pela queda e baixa volatilidade de preços no mercado livre de energia e por avanços na abertura do mercado por meio da portaria ministerial que concedeu a todos os consumidores de alta tensão o direito de escolher o fornecedor a partir de janeiro de 2024. Foi também aberta uma consulta pública para debater o cronograma e as regras para oferecer a mesma alternativa aos consumidores atendidos em baixa tensão, segmento que comporta milhões de consumidores, entre rurais, residenciais e pequenas empresas.

Este é um momento importante, de transição, em que o mercado livre passará a atuar em um modelo de varejo e que demandará estratégias diferentes para prospecção e atendimento.

Para a Copel Comercialização S.A., o ano foi de investimento na digitalização de seus processos, na capacitação das pessoas e no aprimoramento de suas políticas de risco e crédito.

Chegamos ao final do ano com mais de 1500 clientes e comercializamos em torno de 2800 MWmed, (megawatts médios) além de mais uma vez manter nossa boa performance financeira e operacional, o que proporciona segurança aos nossos clientes e fornecedores.

Olhando para o futuro, estamos preparados para esta nova realidade, uma vez que contamos com o pioneirismo da Copel, primeira empresa brasileira a ter um contrato assinado no Mercado Livre de Energia. Hoje somos uma das companhias com o maior volume de atendimento a consumidores finais neste mercado.

Trabalhamos no desenvolvimento de produtos que podem atender nossos diversos públicos; desde serviços como diagnósticos de eficiência energética, produtos como geração distribuída, até arranjos mais sofisticados como autoprodução.

Em 2021 passamos a oferecer os certificados de energia renovável do *International REC Standard (I-REC)*, sistema global de rastreamento de atributos ambientais de energia que possibilita a comprovação de que a energia consumida é proveniente de fontes renováveis. A novidade é que em 2022 estes certificados são provenientes das usinas do portfólio do próprio Grupo Copel. Além disso estamos trabalhando para oferecer já em 2023 uma gama maior de soluções relacionadas à sustentabilidade, pois acreditamos que o tema seja de suma importância para o desenvolvimento da sociedade e das organizações.

Ainda na busca contínua da excelência, em 2022 novos profissionais obtiveram a Certificação de Operadores do Mercado Livre de Energia. Esta certificação, promovida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pela Fundação Getúlio Vargas, avalia o conhecimento dos agentes, em especial, com relação às regras do setor, à legislação aplicável e às operações na Câmara. Atualmente, 15% do nosso time já é certificado e o desafio continua em 2023, quando pretendemos aumentar este percentual investindo e incentivando a capacitação de nossos profissionais.

Com a modernização do Mercado de Energia o ano de 2023 promete grandes desafios, principalmente relacionados à sua nova característica de varejo. Neste contexto acreditamos estar preparados para oferecer, aos clientes que pretendam aproveitar as oportunidades deste mercado, facilidade na contratação, segurança na entrega e a solidez do Grupo Copel.

Fillipe Henrique Neves Soares

Diretor Geral da Copel Comercialização S.A.

1. A COMPANHIA

Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”) tem a Companhia Paranaense de Energia (“Copel” ou “Controladora”) como única acionista. Foi instituída em janeiro de 2016, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia e certificados de energia renovável.

Com foco na abertura do mercado livre de energia e em novas oportunidades de negócio, a Copel Mercado Livre tem investido em sistemas, soluções e em seu corpo técnico para atuar neste mercado desafiador, visando ofertar produtos atraentes e aderentes aos diversos públicos com agilidade, segurança e confiabilidade

• Copel Mercado Livre em Números

	2022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	1.808.971	1.519.018	19,1
Caixa e equivalentes de caixa	217.736	143.476	51,8
Títulos e valores mobiliários	1.688	1.459	15,7
Receita operacional bruta	5.622.319	5.071.765	10,9
Deduções da receita	(683.951)	(535.351)	27,8
Receita operacional líquida	4.938.368	4.536.414	8,9
Custos e despesas operacionais	(4.814.709)	(4.478.439)	7,5
Resultado das atividades	123.659	57.975	113,3
Ebitda ou Lajida	124.012	58.209	113,0
Resultado financeiro	32.376	13.940	132,3
IRPJ/CSLL	(47.659)	(18.189)	162,0
Lucro operacional	156.035	71.915	117,0
Lucro líquido do exercício	108.376	53.726	101,7
Patrimônio líquido	418.782	389.865	7,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,2	8,3
Liquidez geral (índice)	1,3	1,3	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	2,5	1,3	92,3
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	3,2	1,6	100,0
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	2,2	1,2	83,3
Participação de capital de terceiros (%)	76,8	74,3	3,4
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	27,8	15,1	84,1
⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)			

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

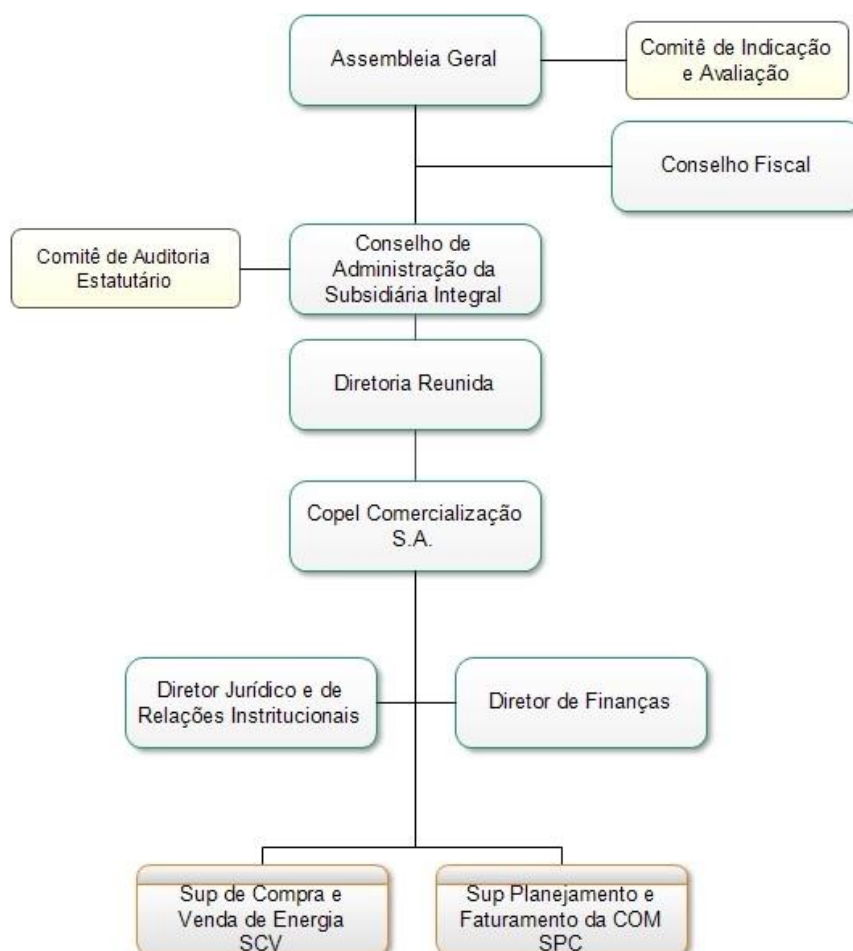
A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia. Maiores informações sobre Gestão ESG podem ser encontradas no Relatório de Administração da Copel.

2.1. Governança Corporativa

A Copel Mercado Livre segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com capital aberto e ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia, suas partes interessadas e o governo do Paraná.

2.1.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral

É o fórum com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia.

Comitê de Indicação e Avaliação

Órgão de caráter permanente que tem a finalidade de auxiliar os acionistas, verificando a conformidade do processo de indicação e avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.

COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO	
Presidente	Marcos Leandro Pereira
Membro	Robson Augusto Pascoalini
Membro	Durval José Soledade Santos

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente (Governo)	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro (Governo)	Harry Françaia Júnior
Conselheiro (Governo)	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro (Governo) - suplente	Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Conselheiro (Governo) - suplente	Otami Cesar Martins
Conselheiro (Governo) - suplente	Verônica Peixoto Coelho

Conselho de Administração - CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Filipe Henrique Neves Soares
Membro	Cassio Santana da Silva
Membro	Moacir Carlos Bertol
Membro	Maximiliano Andres Orfali

Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios semestral e anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida

Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Filipe Henrique Neves Soares
Diretor de Finanças	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em <https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/>

2.1.2. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, a partir de 08.09.2022.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.2. Dimensão Social

A Copel está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.2.1. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas – Recursos Humanos da Copel reconhece que os funcionários são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes para nortear a gestão com vistas ao desenvolvimento, à manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas, bem como busca agregar valor aos processos, servindo de base para a tomada de decisões e a implantação de programas e práticas atuais e inovadoras.

A Copel Mercado Livre possuía 47 empregados no quadro próprio em 31.12.2022 e 44 em 31.12.2021. Ingressaram 12 empregados e foram transferidos 3 para outras subsidiárias em 2022. Durante o mesmo período, 6 empregados desligaram-se da Companhia. A taxa de rotatividade foi de 6,8% em 2022 e 1,2% em 2021.

2.2.2. Fornecedores

Para classificar, contratar fornecedores e fazer aquisições de materiais e serviços, a Copel realiza o processo de licitação, que segue as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e da legislação vigente, que considera a Lei nº 10.520/2002 (institui a modalidade de licitação denominada pregão), a Lei Complementar nº 123/2006 (institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

A Copel Comercialização reforça o seu relacionamento com fornecedores implementando iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da gestão da cadeia produtiva e da otimização de recursos em benefício da comunidade.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. Sendo assim, o gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, cujas principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios; e
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

Além disso, dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, incorporando cenários climáticos futuros, precificação de carbono e desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima.

Dentro dessas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho está relacionada à comercialização de certificados i-REC nos negócios de comercialização de energia.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

A economia brasileira iniciou o ano de 2022 com forte pressão inflacionária que se acirrou ainda no primeiro trimestre com o início da guerra na Ucrânia. Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 12,13% em um período de 12 meses, maior taxa desde 2003.

Para combater a inflação o Comitê de Política Monetária elevou a taxa básica de juros que passou de 9,25% no início do ano para 13,75% em dezembro de 2022. Os preços dos alimentos e commodities dispararam e a normalização só ocorreu nos últimos meses do ano, com o indicador oficial de inflação encerrando o ano no patamar de 5,79%.

A produção física industrial, que amargou quedas consecutivas em 2019 e 2020, e recuperou parcialmente os volumes de produção em 2021, voltou a registrar retração ao final de 2022, com variação de -0,7%. Apesar deste comportamento, o emprego formal brasileiro registrou saldo positivo no ano e o produto interno bruto cresceu 2,9%, ante uma previsão na margem de 0,5% no início do ano.

Assim como ocorreu em âmbito nacional, o ano de 2022 foi de grandes desafios para a economia paranaense. O déficit hídrico experimentado em todo País desde o final de 2021 contribuiu para declínio na colheita de grãos de verão, principalmente na oferta de soja, principal item da pauta da atividade primária estadual. Já no âmbito secundário, a produção física da indústria paranaense apresentou variação de -4,2% no ano de 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Por outro lado, foram observadas expansões no setor de serviços na ordem de 4,4% e as vendas paranaenses ao exterior também progrediram significativamente, com crescimento de 16% das receitas em dólares, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Economia. Além disso, dados do Ministério do Trabalho apontam que o Paraná fechou o ano de 2022 com a abertura de mais de 118 mil novos postos de trabalho formais e liderou a geração de empregos na região Sul do Brasil, atingindo o quinto melhor resultado do País.

Diante deste contexto, as perspectivas mais favoráveis ficarão para o próximo ano, tendo em vista a expectativa de um volume de produção agrícola muito maior na temporada 2022/2023, segundo aponta a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a superação definitiva da pandemia e a recuperação mais consistente do consumo familiar, com o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a estabilização da inflação em patamares aceitáveis.

3.2. Ambiente regulatório

De acordo com o cronograma estabelecido pela Portaria nº 514/2018, do Ministério de Minas e Energia, o ano de 2023 iniciou com a redução do limite de carga dos consumidores para contratação de energia elétrica proveniente de qualquer fornecedor de 1,0 MW para 500 kW, com o objetivo de promover a expansão do Mercado Livre de Energia.

Em 2022, a Aneel procedeu com a consolidação dos atos normativos pertinentes ao tema “Autorização

para Comercializadores de Energia”, promovendo por meio da Resolução Normativa nº 1.011/2022 as regras para obtenção de autorização para comercializar energia elétrica no SIN e atuar como comercializador varejista, atuando como representante de pessoas físicas ou jurídicas elegíveis no âmbito da CCEE. Ulteriormente, procedeu-se, por meio da Resolução Normativa nº 1.014/2022, com o aprimoramento nos critérios para obter autorização para comercializar energia elétrica, classificando os agentes comercializadores em dois tipos, com o objetivo de aprimorar a segurança do mercado, sem impor barreiras de entrada que possam prejudicar a competitividade do setor.

Além disso, a Aneel realizou diversas alterações nas Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, através basicamente de mudanças nos seus módulos, com a CCEE, quando cabível, devendo realizar o processamento das recontabilizações em conformidade com o disposto nas regras aprovadas. As alterações foram realizadas através das Resoluções Normativas nº 1.007/2022, 1.051/2022 e dos Despachos nº 1.151/2022 e nº 21/2023.

3.2.1. Fluxo de Energia (em % e GW/hora)

Fluxo de Energia	2022	2021	Variação %
Copel GeT	14.328	13.033	9,9
CCEE (MCP)	12	12	-
Elejor	-	45	-
Outros	10.477	10.102	3,7
Disponibilidade Total	24.817	23.192	7,0
Consumidores Livres	11.498	8.239	39,6
Contratos Bilaterais	11.949	11.337	5,4
Contratos Bilaterais (Empresas do grupo) ¹	1.208	3.535	(65,8)
CCEE (MCP)	162	81	100,0

¹ Inclui Copel GeT e Eólicas.

3.2.2. Comercialização

A Companhia possui uma carteira com aproximadamente 1.500 clientes atendidos em 23 estados brasileiros, atingindo o volume de 2,8 GW médios de energia comercializado na CCEE, o que representa um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior.

Em 2022, a Copel Mercado Livre consolidou em seu portfólio de produtos, os certificados de energia renovável provenientes das usinas do portfólio do próprio Grupo Copel.

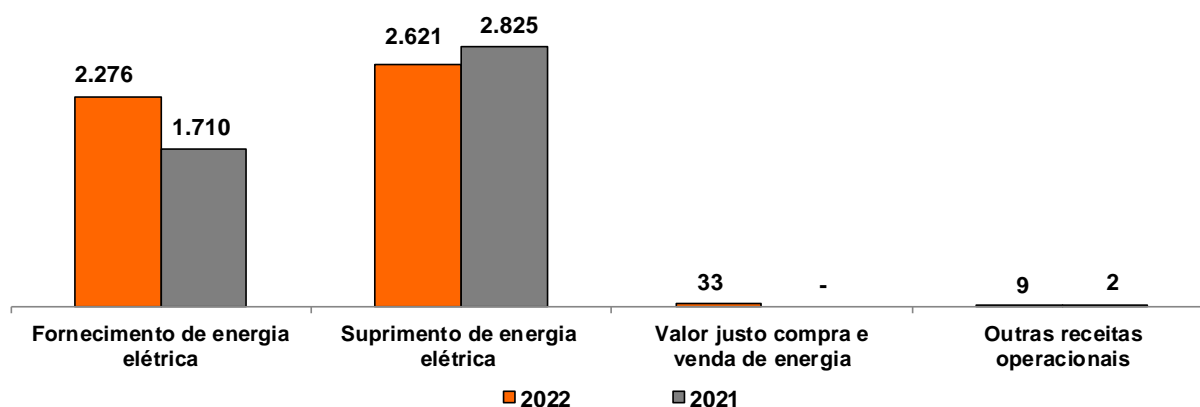
Na busca contínua da excelência, em 2022 novos profissionais obtiveram a Certificação de Operadores do Mercado Livre de Energia. Esta certificação, promovida pela CCEE e pela Fundação Getúlio Vargas, que avalia o conhecimento dos agentes, em especial, com relação às regras do setor, à legislação aplicável e às operações na Câmara. Atualmente, 15% da equipe da Copel Mercado Livre já é certificada.

Visando as oportunidades da abertura do mercado livre de energia, em 2022 foram realizados investimentos em sistemas e soluções para atendimento desse mercado.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

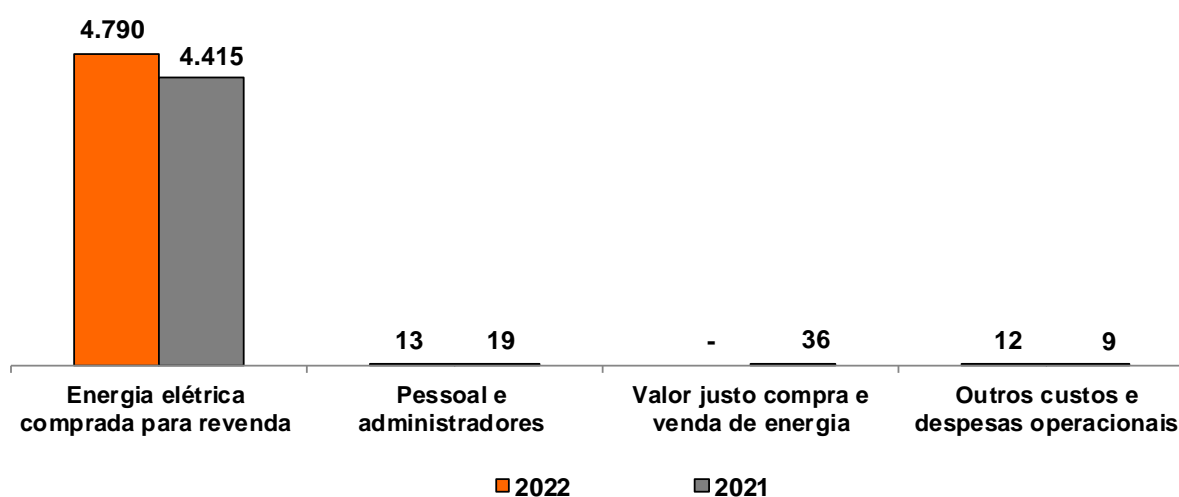
4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2022, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 402,0 milhões, representando 8,9% de aumento em relação a 2021. Tal variação decorreu principalmente do crescimento das operações de comercialização nesse exercício.



5.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2022, os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo de R\$ 336,3 milhões, representando 7,5% em relação a 2021. O acréscimo decorreu, sobretudo, ao maior volume de energia elétrica comprada para revenda.



4.2. EBITDA ou LAJIDA

O Ebitda é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Em R\$ milhões	2022	2021
Lucro líquido	108,4	53,7
IRPJ e CSLL diferidos	22,6	(3,2)
IRPJ e CSLL	25,1	21,4
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(32,4)	(13,9)
Lajir/Ebit	123,7	58,0
Depreciação e Amortização	0,4	0,2
Lajida/Ebitda	124,1	58,2
Receita Operacional Líquida - ROL	4.938,4	4.536,4
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	2,5%	1,3%

4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 18,4 milhões devido, principalmente, ao aumento do rendimento de aplicações financeiras compensados parcialmente pela redução de juros sobre liquidações na CCEE.

4.4. Lucro Líquido

Em 2022, o lucro líquido foi de R\$ 108,4 milhões, sendo 101,7% superior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 53,7 milhões. A variação se deve pela maior margem de vendas no período, decorrente do aumento do volume comercializado e do número de clientes, e do maior reconhecimento do valor justo sobre as operações de compra e venda de energia.



Copel Comercialização S.A.

CNPJ nº 19.125.927/0001-86

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	217.736	143.476
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.459
Clientes	6	475.170	460.261
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	288.419	112.057
Outros créditos	7	4.543	4.710
Imposto de renda e contribuição social		3.619	32.835
Outros tributos a recuperar	8.2	379	372
Despesas antecipadas		1.002	57
		990.868	755.227
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	1.688	-
Depósitos judiciais	9	14.362	14.004
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	793.339	743.718
Outros créditos	7	-	151
Imposto de renda e contribuição social		71	-
Outros tributos a recuperar	8.2	36	-
		809.496	757.873
Imobilizado		542	306
Intangível		6.193	4.038
Direito de uso de ativos		1.872	1.574
		818.103	763.791
TOTAL DO ATIVO		1.808.971	1.519.018

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.587	6.467
Partes relacionadas		378	261
Fornecedores	11	460.956	445.677
Imposto de renda e contribuição social		4.611	-
Outras obrigações fiscais	8.2	17.908	9.062
Dividendos a pagar		39.626	20.785
Benefícios pós-emprego	12	84	77
Passivo de arrendamentos		107	70
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	244.064	106.889
Outras contas a pagar	13	19.844	19.207
		790.165	608.495
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	99.217	76.690
Outras obrigações fiscais	8.2	427	353
Benefícios pós-emprego	12	3.292	2.858
Passivo de arrendamentos		1.865	1.545
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	494.641	438.580
Outras contas a pagar	13	-	20
Provisões para litígios	14	582	612
		600.024	520.658
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	15.1	237.210	237.210
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	(1.113)	(1.015)
Reserva legal	15.3	22.794	17.375
Reserva de retenção de lucros	15.3	102.684	102.684
Reserva de lucros a realizar		21.250	22.777
Dividendo adicional proposto	15.4	35.957	10.834
		418.782	389.865
TOTAL DO PASSIVO		1.808.971	1.519.018

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	4.938.368	4.536.414
Custos Operacionais	17	(4.799.930)	(4.464.431)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		138.438	71.983
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	17	(1.754)	(511)
Despesas gerais e administrativas	17	(12.855)	(12.582)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(170)	(915)
		(14.779)	(14.008)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		123.659	57.975
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		32.667	14.151
Despesas financeiras		(291)	(211)
		32.376	13.940
LUCRO OPERACIONAL		156.035	71.915
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.3		
Imposto de renda e contribuição social		(25.081)	(21.371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(22.578)	3.182
		(47.659)	(18.189)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		108.376	53.726
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	15.5		
Ações ordinárias		0,45689	0,25322

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		108.376	53.726
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado	15.2		
Ganhos com passivos atuariais			
benefícios pós-emprego		(149)	639
Tributos sobre outros resultados abrangentes		51	(217)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(98)	422
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		108.278	54.148

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		159.090	27.680	(1.437)	14.689	28.875	128.025	-	-	356.922
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	53.726	53.726
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais, líquidas de tributos	15.2	-	-	422	-	-	-	-	-	422
Resultado abrangente total do exercício		-	-	422	-	-	-	-	53.726	54.148
Recebimento de adiantamento		-	2.170	-	-	-	-	-	-	2.170
Aumento de capital		78.120	(29.850)	-	-	-	(48.270)	-	-	-
Realização de reservas	15.3	-	-	-	-	(6.098)	-	-	6.098	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	-	-	(6.098)	(6.098)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.3	-	-	-	2.686	-	-	-	(2.686)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	-	-	(17.277)	(17.277)
Dividendo adicional proposto	15.4	-	-	-	-	-	-	10.834	(10.834)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	22.929	-	(22.929)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		237.210	-	(1.015)	17.375	22.777	102.684	10.834	-	389.865
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	108.376	108.376
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	-	(98)	-	-	-	-	-	(98)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(98)	-	-	-	-	108.376	108.278
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	(10.834)	-	(10.834)
Realização de reservas	15.3	-	-	-	-	(1.527)	-	-	1.527	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	-	-	(1.527)	(1.527)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.3	-	-	-	5.419	-	-	-	(5.419)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Dividendo adicional proposto	15.4	-	-	-	-	-	-	35.957	(35.957)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	60.000	-	(60.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		237.210	-	(1.113)	22.794	21.250	102.684	35.957	-	418.782

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		108.376	53.726
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(2.816)	(348)
Imposto de renda e contribuição social	8.3	25.081	21.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	22.578	(3.182)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	12.4	1.982	1.950
Valor justo nas operações de compra e venda de energia		(32.747)	35.818
Depreciação e amortização	17	353	234
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17	1.724	806
Resultado das baixas de intangível		15	-
		124.546	110.375
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(16.663)	(184.614)
Depósitos judiciais		675	3.185
Outros créditos		318	4.777
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.269)	(5.050)
Outros tributos a recuperar		(40)	(38)
Despesas antecipadas		(945)	(42)
Partes relacionadas		-	9
		(19.924)	(181.773)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(3.880)	888
Partes relacionadas		117	4
Fornecedores		15.279	224.159
Outras obrigações fiscais		20.573	15.507
Benefícios pós-emprego	12.4	(1.690)	(1.724)
Outras contas a pagar		617	10.517
Provisões para litígios quitadas		-	(44)
		31.016	249.307
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		135.638	177.909
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(21.371)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(179)	(114)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		135.459	156.424
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(229)	(84)
Aquisições de imobilizado		(290)	(126)
Aquisições de intangível		(2.318)	(2.300)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.837)	(2.510)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.170
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(92)	(55)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(58.270)	(29.802)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(58.362)	(27.687)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		74.260	126.227
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	143.476	17.249
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	217.736	143.476
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		74.260	126.227

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia elétrica convencional e incentivada, gás natural e prestação de serviços correlatos.

A Companhia é autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pelo Despacho Aneel nº 935/2016, e como Agente Comercializador e Carregador de Gás Natural por meio das Autorizações nº 600/2019 e 380/2020 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28.03.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 6.1 - Redução ao valor de recuperável de ativos financeiros: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE nºs 3.3 – Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento: definição da taxa de juros para os contratos;
- NEs nºs 3.4 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.5 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nºs 3.7 e 19.2.4 - Instrumentos financeiros derivativos: marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia;
- NEs nºs 3.8.2 e 8.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros; e
- NEs nºs 3.9 e 12 - Benefícios Pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não têm cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 3.7.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.3 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementadas pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra por estimativa a receita não faturada, calculada entre a data da última medição e o encerramento do mês.

O resultado da mensuração a valor justo dos contratos de compra e venda de energia, descritos na NE 3.7, é registrado como receita operacional, considerando estar intrinsecamente ligado à operação principal da Companhia, de comercialização de energia.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizados em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Instrumentos financeiros derivativos - operações de compra e venda de energia

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado destes contratos (diferença entre os preços contratados e os de mercado) são registrados como receita operacional ou custo operacional no resultado do exercício.

3.8 Tributos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.10 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operação de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	406	109
Aplicações financeiras de liquidez imediata	217.330	143.367
	217.736	143.476

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 98,5% e 102,0% (entre 78,0% e 98,5% em 2021) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Destinação	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	100,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário	Garantias em contratos junto a CCEE	25 meses	1.688	1.459
Circulante				-	1.459
Não circulante				1.688	-

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
Consumidores					
Industrial	164.513	2.022	2.651	169.186	134.042
Comercial	38.012	374	342	38.728	17.596
Parcelamento de débitos	-	-	717	717	993
Outros créditos	-	-	10.391	10.391	10.297
	202.525	2.396	14.101	219.022	162.928
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	263.455	597	127	264.179	304.308
CCEE	5.039	-	-	5.039	4.341
	268.494	597	127	269.218	308.649
(-) Perdas de créditos esperadas (6.1)	-	-	(13.070)	(13.070)	(11.316)
	471.019	2.993	1.158	475.170	460.261

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 31.12.2022, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 1,46% a.m. (0,78% a 1,69% a.m. em 2021).

6.1 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2021	Adições / (reversões)	Saldo em 31.12.2021	Adições / (reversões)	Saldo em 31.12.2022
Consumidores livres	682	639	1.321	1.383	2.704
Contratos bilaterais	167	(128)	39	371	410
Outros créditos - multas	9.956	-	9.956	-	9.956
	10.805	511	11.316	1.754	13.070

7. Outros créditos

	31.12.2022	31.12.2021
Renegociações e penalidades contratuais (a)	4.167	4.386
Adiantamento a empregados	250	245
Outros créditos	126	230
	4.543	4.861
Circulante	4.543	4.710
Não circulante	-	151

(a) Saldo a receber de parcelamentos, penalidades e compensações financeiras previstos nos contratos da Companhia.

8. Tributos

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	32.325	(9.477)	-	22.848	(10.876)	-	11.972
Perdas de créditos esperadas	3.674	173	-	3.847	596	-	4.443
Benefícios pós-emprego	1.138	78	(217)	999	224	51	1.274
Provisões por desempenho e participação nos lucros	1.099	(116)	-	983	(865)	-	118
Outros	333	466	-	799	(218)	-	580
	38.569	(8.876)	(217)	29.476	(11.139)	51	18.387
(-) Passivo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	117.682	(12.178)	-	105.504	11.134	-	116.639
Atualização de depósitos judiciais	260	120	-	380	305	-	685
Outros	280	-	-	280	-	-	280
	118.222	(12.058)	-	106.164	11.439	-	117.604
Líquido	(79.653)	3.182	(217)	(76.688)	(22.578)	51	(99.217)

8.1.1 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 28.03.2023.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura. A realização dos valores de prejuízo fiscal e base negativa acompanham as possibilidades de compensação considerando os lucros futuros e o limite estabelecido na legislação.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Perdas de crédito esperada: a realização será efetivada de acordo com a determinação do art. 9º da Lei 9.430/96 e art. 71 da Instrução Normativa RFB 1.700/17, ou pela reversão dessa provisão;
- Valor justo de compra e venda de energia (ativo e passivo): quando da realização de ganhos e perdas dos contratos de compra e venda de energia, na data da entrega da energia;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2023	11.944	(15.361)
2024	607	(12.225)
2025	129	(8.756)
2026	129	(3.365)
2027	129	(4.782)
2028 a 2030	386	(30.789)
2031 a diante	5.063	(42.326)
	18.387	(117.604)

8.2 Outros tributos

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	368	364
PIS/Pasep e Cofins a compensar	11	8
	379	372
Passivo circulante		
ICMS a recolher	17.271	6.450
PIS/Pasep e Cofins a recolher	619	1.123
Outros tributos	18	1.489
	17.908	9.062
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	427	353
	427	353

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

8.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	156.035	71.915
IRPJ e CSLL (34%)	(53.052)	(24.451)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	5.100	5.875
Despesas indedutíveis	(51)	(147)
Incentivos fiscais	244	510
Outros	100	24
IRPJ e CSLL correntes	(25.081)	(21.371)
IRPJ e CSLL diferidos	(22.578)	3.182
Alíquota efetiva - %	30,5%	25,3%

9. Depósitos judiciais

A Companhia discute judicialmente processos cíveis e tributários na justiça, para os quais realizou depósitos judiciais. A sentença dos processos definirá a utilização dos montantes para pagamento ou o retorno dos valores à Companhia. Do saldo em 31.12.2022, R\$ 422 (R\$ 332, em 31.12.2021) referem-se à processos tributários e R\$ 13.940 (R\$ 13.672, em 31.12.2021) à processos na esfera cível.

Os processos na esfera cível referem-se à discussão junto à fornecedores que não cumpriram com a entrega da energia contratada. A Companhia, portanto, efetuou depósito judicial no intuito de que os valores sejam liberados apenas quando confirmada a entrega efetiva (registro e entrega) por parte da CCEE.

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	447	509
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	270	316
	717	825
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	492	-
Férias	983	1.150
Provisões por desempenho e participação nos lucros	365	3.242
Programa de desligamentos voluntários	30	1.250
	1.870	5.642
	2.587	6.467

11. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica (a)	456.762	440.799
Materiais e serviços	4.194	4.878
	460.956	445.677

(a) do saldo apresentado, R\$ 230.762 (R\$ 192.881 em 2021) referem-se à operações com partes relacionadas, conforme demonstrado na NE nº 20.

12. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

12.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável – CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido - BD.

12.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

12.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	2	2
Plano assistencial	3.374	2.933
	3.376	2.935
Circulante	84	77
Não circulante	3.292	2.858

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empregados		
Planos previdenciários	756	747
Plano assistencial - pós-emprego	373	288
Plano assistencial - funcionários ativos	557	411
	1.686	1.446
Administradores		
Planos previdenciários	92	88
Plano assistencial	9	13
	101	101
	1.787	1.547

12.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1�.01.2021	3.348
Apropria�o do c�culo atuarial	288
Contribui�es previdenci�rias e assistenciais	1.662
Ajuste referente a perdas atuariais	(639)
Amortiza�es	(1.724)
Em 31.12.2021	2.935
Apropria�o do c�culo atuarial	373
Contribui�es previdenci�rias e assistenciais	1.609
Ajuste referente a perdas atuariais	149
Amortiza�es	(1.690)
Em 31.12.2022	3.376

12.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

12.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

	2022		2021	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,10%	-	5,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	-	-	-	-
Planos Unificado - Saldado	6,15%	11,56%	5,30%	11,09%
Planos III	6,16%	11,57%	5,40%	11,20%
Planos Assistencial	6,10%	11,51%	5,40%	11,20%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,10%	0,00%	5,50%
Plano III a.a.	1,00%	6,15%	1,00%	6,56%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	5,80%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

12.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2022		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 68,27 e 67,08 anos.

12.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2022 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 1.003 e de R\$ 721, enquanto que, em 31.12.2021, a posição era, respectivamente, de R\$ 812 e de R\$ 91. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2022, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações total ou parcialmente cobertas	7.053	33.448	3.699	44.200	34.993
Valor justo dos ativos do plano	(8.056)	(34.169)	(325)	(42.550)	(32.963)
Estado de cobertura do plano	(1.003)	(721)	3.374	1.650	2.030
Ativo não reconhecido	1.003	721	-	1.724	903
	-	-	3.374	3.374	2.933

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2022, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

12.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2021	7.948	25.868	3.857
Custo de serviço	-	20	46
Custo dos juros	582	1.896	279
Benefícios pagos	(402)	(1.680)	-
Ganhos atuariais	(1.648)	(974)	(799)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	6.480	25.130	3.383
Custo de serviço	-	-	40
Custo dos juros	719	3.932	374
Benefícios pagos	(476)	(2.398)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	330	6.784	(98)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	7.053	33.448	3.699

12.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2021	8.907	28.093	510
Retorno esperado dos ativos	985	1.035	14
Contribuições e aportes	-	1.035	-
Benefícios pagos	(402)	(1.680)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(2.198)	(3.262)	(74)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	7.292	25.221	450
Retorno esperado dos ativos	798	2.068	60
Contribuições e aportes	-	1.473	-
Benefícios pagos	(476)	(2.397)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	442	7.804	(185)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	8.056	34.169	325

12.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2023 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	-	45	48
Custo estimado dos juros	818	3.885	431
Rendimento esperado do ativo do plano	(935)	(3.969)	(37)
Contribuições estimadas dos empregados	-	(22)	-
Custos (receitas)	(117)	(61)	442

12.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(3.298)	(3.298)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(588)	559
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	248	(244)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	3	(3)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	4	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	8	(6)

12.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2023	1.037	2.233	77	3.347
2024	968	2.084	77	3.129
2025	942	1.975	77	2.994
2026	988	1.854	77	2.919
2027	929	1.744	77	2.750
2028 a 2052	11.347	20.725	920	32.992

12.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2022 e a alocação-meta para 2023, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2023 (*)	2022
Renda fixa	77,2%	71,1%
Renda variável	5,3%	10,0%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Investimentos imobiliários	5,6%	2,7%
Investimentos estruturados	8,7%	10,2%
Investimentos no exterior	2,0%	4,8%
	100,0%	100,0%

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	86,0%	60,0%	67,0%	40,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	5,5%	0,0%	6,0%	0,0%
Investimentos estruturados	5,0%	0,0%	13,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2022.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

13. Outras contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Cauções em garantia	19.786	19.200
Outras obrigações	58	27
	19.844	19.227
	Circulante	19.207
	Não circulante	20

14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista e federal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2022 o saldo de R\$ 582 (R\$ 611 em 31.12.2021) refere-se a ações trabalhistas, sendo que durante o exercício de 2022 houve reversão de R\$ 29.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 a Companhia possui R\$ 593 (R\$ 439 em 31.12.2021) referente a passivos contingentes de ações trabalhistas e R\$ 384 (R\$ 325 em 31.12.2021) de ações na área cível decorrentes, principalmente, de processos administrativos referente discussão contratual.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Adicionalmente, a Companhia discute processo judicial na justiça federal relativo à incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O saldo de R\$ 427 (R\$ 353, em 31.12.2021) está registrado no passivo não circulante, na rubrica Outras obrigações fiscais (NE nº 8.2) e para esta contingência foram depositados judicialmente R\$ 422, registrados no ativo, na rubrica de depósitos judiciais.

O Supremo Tribunal Federal - STF, em 08.02.2023, ao analisar e julgar os Temas de Repercussão Geral nº 881 e nº 885, entendeu que uma decisão definitiva (“coisa julgada”) sobre tributos recolhidos de forma continuada perde os seus efeitos caso o STF se pronuncie de forma contrária em ação de controle concentrado de constitucionalidade ou em recurso com repercussão geral, pois de acordo com a legislação e a jurisprudência uma decisão, ainda que com trânsito em julgado, só deve produzir efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. A Companhia não possui processos que se enquadram nos requisitos definidos pelo STF, razão pela qual não existem impactos em suas demonstrações financeiras.

15. Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

Em 31.12.2022, o capital social integralizado é de R\$ 237.210 (R\$ 237.210 em 31.12.2021), composto por 237.210.461 ações ordinárias (237.210.461 em 2021), sem valor nominal, pertencentes à Copel.

15.2 Mutações do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2021	(1.437)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	639
Tributos sobre os ajustes	(217)
Em 31.12.2021	(1.015)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(149)
Tributos sobre os ajustes	51
Em 31.12.2022	(1.113)

15.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

A reserva de lucros a realizar, constituída no exercício de 2019, em conformidade com o art. 197 da Lei 6.404/76, é utilizada para pagamento de dividendo obrigatório, conforme estabelece seu § 2º. Em 2022 o montante realizado é de R\$ 1.526 (R\$ 6.098 em 2021).

15.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	108.376	53.726
Reserva legal	(5.419)	(2.686)
	102.957	51.040
Dividendos propostos		
Dividendos e Juros sobre o capital próprio (JSCP) - intermediários	60.000	-
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - intercalares	7.000	17.277
Dividendo adicional proposto	35.957	10.834
	102.957	28.111
Dividendos por ação:		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,10851	0,05379
Dividendos registrados (em R\$)	0,43403	0,11851

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes e deliberação da Administração, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido ajustado que corresponde ao lucro líquido do exercício diminuído da cota destinada à reserva legal.

A 60ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 28.09.2022 aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de proventos (dividendos intercalares) sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JSCP no montante de R\$ 7.000, pagos em 23.12.2022. Adicionalmente a 38ª Assembleia Geral Extraordinária de 16.12.2022 aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 60.000, sendo: R\$ 8.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP e R\$ 52.000 na forma de dividendos, dos quais R\$ 20.700 foram pagos em 27.12.2022. Os valores de JSCP, líquidos dos tributos e os dividendos intermediários, são imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2022, conforme critérios estabelecidos no artigo 67 do Estatuto Social da Companhia.

O saldo pendente terá a data do pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2023.

15.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	108.376	53.726
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	237.210.461	212.168.973
Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,45689	0,25322

16. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS/ISSQN	Receita líquida 31.12.2022	Receita líquida 31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	2.691.695	(231.978)	(183.845)	2.275.872	1.709.613
Suprimento de energia elétrica	2.887.642	(267.107)	-	2.620.535	2.825.180
Valor justo compra e venda de energia (NE nº 19.2.4)	32.747	-	-	32.747	-
Outras receitas operacionais	10.235	(946)	(75)	9.214	1.621
	5.622.319	(500.031)	(183.920)	4.938.368	4.536.414

17. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(4.790.427)	-	-	-	(4.790.427)	(4.414.768)
Valor justo compra e venda de energia (19.2.4)	-	-	-	-	-	(35.818)
Pessoal e administradores (17.1)	(8.056)	-	(4.656)	-	(12.712)	(18.568)
Planos previdenciário e assistencial (12.3)	(1.169)	-	(618)	-	(1.787)	(1.547)
Material	(15)	-	(38)	-	(53)	(17)
Serviços de terceiros	(163)	-	(2.502)	-	(2.665)	(2.925)
Depreciação e amortização	-	-	(353)	-	(353)	(234)
Reversão de provisão para litígios	-	-	-	30	30	(295)
Perdas de créditos esperadas	-	(1.754)	-	-	(1.754)	(511)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(100)	-	(4.688)	(200)	(4.988)	(3.756)
	(4.799.930)	(1.754)	(12.855)	(170)	(4.814.709)	(4.478.439)

17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal		
Remunerações	8.399	8.127
Encargos sociais	2.600	2.523
Auxílio alimentação e educação	836	705
Provisão (Reversão) de programa de desligamentos voluntários	(311)	2.843
	11.524	14.198
Administradores		
Honorários	745	766
Encargos sociais	209	216
Outros gastos	12	14
	966	996
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	222	3.374
	12.712	18.568

18. Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	26.092	4.921
Acréscimos moratórios sobre faturas	3.536	2.362
Multas	1.421	1.200
Juros sobre liquidações na CCEE	199	4.639
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.591)	(687)
Outras receitas financeiras	3.010	1.716
	32.667	14.151
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias e outras despesas financeiras	247	208
IOF sobre aplicações financeiras	44	3
	291	211
Líquido	32.376	13.940

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	217.736	217.736	143.476	143.476
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.688	1.688	1.459	1.459
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	1.081.758	1.081.758	855.775	855.775
			1.301.182	1.301.182	1.000.710	1.000.710
Custo Amortizado						
Clientes (a)	6		475.170	475.170	460.261	460.261
Total dos ativos financeiros			1.776.352	1.776.352	1.460.971	1.460.971
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	738.705	738.705	545.469	545.469
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	11		460.956	460.956	445.677	445.677
Total dos passivos financeiros			1.199.661	1.199.661	991.146	991.146

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) O valor justo dos ativos e passivos equivale ao seu respectivo valor contábil (NE nº 3.7).

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	217.736	143.476
Títulos e valores mobiliários (a)	1.688	1.459
Clientes (b)	475.170	460.261
	694.594	605.196

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2022.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação da taxa CDI/Selic de 12,50% prevista na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.688	211	158	106

19.2.4 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco pela volatilidade do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, conforme NE nº 3.7, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

O quadro abaixo apresenta os valores nominais dos contratos de comercialização de energia elétrica na data destas demonstrações financeiras, os quais tem prazo médio de vencimento de 139 meses para contratos de compra e 25 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2023	606.571	645.966
2024	752.615	810.145
2025	742.114	794.957
2026	738.024	734.063
2027	673.274	620.858
2028 a 2040	4.130.827	4.577.941
	7.643.425	8.183.930

O valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima em 31.12.2022, sem inflação, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras, estão abaixo apresentados:

	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	288.419	(244.064)	44.355
Não circulante	793.339	(494.641)	298.698
	1.081.758	(738.705)	343.053

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 31.12.2022. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

	Variação no preço	Base 31.12.2022	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	343.053	343.053	369.579	396.104
	Queda	343.053	343.053	316.528	290.003

19.2.5 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo comprador/vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a vender/adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõem limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

20. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladora - Copel								
Dividendos	-	-	39.626	20.785	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	-	35	-	-	-	-
Entidade sob controle em comum								
Compartilhamento de estrutura								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	-	-	142	94	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)	-	-	236	132	-	-	-	-
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	30.404	133.486	154.846	120.632	312.310	987.895	1.798.477	1.429.410
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	-	5.995	63.157	62.722	17.356	145.639	783.490	783.681
Bela Vista Geração de Energia S.A.	-	-	2.997	2.140	-	-	31.179	13.981
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)	-	307	9.762	6.259	-	7.290	61.318	50.867
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	-	1.128	-	-	-	14.544
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 17.1)	-	-	-	-	-	-	966	996
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 12.3)	-	-	-	-	-	-	101	101
Celepar - venda de energia	-	-	-	-	719	-	-	-
Tecpar - venda de energia	-	-	-	-	2.021	2.014	-	-
Lactec - venda de energia e serviços	3	5	-	-	645	594	-	-

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Copel Mercado Livre no total de R\$ 329.725 (R\$ 192.707 em 2021).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel Mercado Livre tem contratos de compra e venda de energia com partes relacionadas, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia. O quadro abaixo apresenta os compromissos contratuais com partes relacionadas, na data destas demonstrações financeiras, os quais tem prazo médio de vencimento de 79 meses para contratos de compra e 31 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2023	2.259.368	86.435
2024	1.514.321	8.735
2025	1.041.028	6.787
2026	501.336	879
2027	292.405	-
2028 a 2040	1.122.622	-
	6.731.080	102.836

Do total de compromissos de venda de R\$ 102.836 (R\$ 290.958, em 2021), R\$ 77.786 (R\$ 259.289, em 2021) se referem a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias e R\$ 25.050 (R\$ 31.309, em 2021) com órgãos associados ao Governo do Estado do Paraná. Ainda do total de compromissos de compra de R\$ 6.731.080 (R\$ 7.116.496 em 2021), R\$ 6.719.397 (R\$ 7.104.899, em 2021) se referem a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias e R\$ 11.683 (R\$ 11.597, em 2021) com outras partes relacionadas.

21. Compromissos

Em 31.12.2022, a Copel Mercado Livre possui R\$ 25.305.470 (R\$ 26.991.401, em 31.12.2021) em compromissos de contratos de compra de energia elétrica.

22. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443
Seguro de Crédito	31.12.2023	35.000
Garantia de Pagamento	31.12.2023	2.447
Garantia de Pagamento	31.12.2023	1.428

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Fillipe Henrique Neves Soares
Diretor Geral

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Copel Comercialização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
- II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
e
- V. *o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o CAE desenvolveu seu plano de trabalho com o apoio da consultoria *PricewaterhouseCoopers - PwC*, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre os aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Federal nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx 301/407*, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano. Considerando atendidas as necessidades legais e regulamentares, o Comitê de Auditoria Estatutário aprovou seu plano de trabalho anual.

Em 2021, o CAE revisou seu plano de trabalho, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do colegiado, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão

do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarking; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões em reuniões do Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias. Em 2022, foram registradas 20 reuniões, das quais, 2 foram reuniões extraordinárias.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte*, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas). Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley – SOx*.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley – SOx*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário sofreu alteração, quando passou a ser

permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e (v) que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2022, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Claudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2022

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

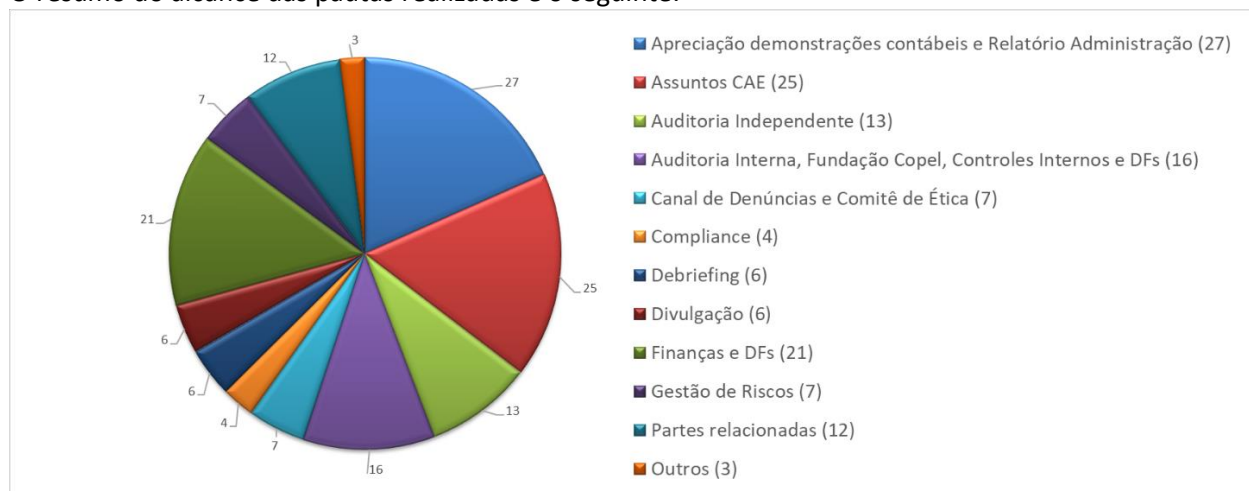
As pautas das reuniões realizadas em 2022 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em 20 reuniões, das quais, 2 reuniões foram extraordinárias: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD, Risco Hidrológico e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, sendo 2 reuniões extraordinárias, as quais contemplaram 147 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2022, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 13 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2021; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2022; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de *status* dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2022.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2022, foram realizadas 27 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 8 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2022; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2021 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em março de 2023, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2022, foram tratadas 8 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 261ª Reunião, de 02.08.2022, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do *status* de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da

Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos que se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2022, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 7 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação pela Auditoria Interna.

Em 2022, o CAE deliberou de forma favorável ao Regimento Interno do Comitê de Ética, recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da Política do Canal de Denúncias e deliberou favoravelmente sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia.

Trimestralmente, é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Riscos da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise quanto aos riscos de mercado da Copel Mercado Livre e incluiu o monitoramento do Risco Hidrológico como pauta específica em seu plano de trabalho 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2022, foram tratadas 12 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também é possível que as Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente daquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias, a avaliação quanto a política de consequências para os casos tratados no Comitê de Ética.

Já em relação ao Código de Conduta da Companhia, o CAE recomendou a DRC avaliar o percentual da remuneração correspondente ao valor simbólico para brindes ou cortesias institucionais.

- **Processos Jurídicos**

O CAE recomendou à Diretoria Jurídica e Regulatória – DJR o desenvolvimento de trabalho voltado ao monitoramento e gestão de controladoria jurídica, incentivando a melhoria contínua nos processos da Companhia.

- **Controles Internos**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico de Controles Internos, a manutenção do apoio na solução tempestiva de eventuais novos pontos apresentados pela auditoria independentes e solicitou a manutenção de reportes bimestrais sobre os trabalhos de Controle Interno.

- **Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, bem como, recomendou a avaliação dos riscos de transição (Corporation) e dos riscos emergentes, com o apoio das demais estruturas da Companhia. Recomendou à DRC avaliar a inclusão de risco relacionado aos efeitos da guerra na Ucrânia.

- **Reporte dos trabalhos de cibersegurança**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à segurança cibernética. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial – DGE, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

Adicionalmente, o CAE recomendou ao Conselho de Administração aprovar a revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, sugerindo a inclusão de item específico para tratar da gestão de consequências, a fim de imputar responsabilidade pelo descumprimento ou violação da Política em questão, de acordo com as normativas internas e externas vigentes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 21 de março de 2023.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Presidente

CARLOS BIEDERMANN

Especialista Financeiro

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DA
DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO
EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel Mercado Livre, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2023

(assinado eletronicamente)
DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)
HARRY FRANÇOIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

